






A VISÃO DAS CRIANÇAS RIBEIRINHAS COM DEFICIÊNCIA SOBRE SI E SOBRE A COMUNIDADE

**The vision of disabled children on the river front about themselves and the
community**

Ana Paula Cunha dos Santos **FERNANDES**
Departamento de Educação Especializada
Universidade do Estado do Pará
Belém, Brasil
docenteapf@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0003-1934-9221> 

Ingrid Dias **NASCIMENTO**
Graduanda em Letras
Universidade do Estado do Pará
Belém, Brasil
ingriddiasn@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5376-7377> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

O presente artigo é recorte de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada com o apoio do CNPq e objetiva apresentar a visão da criança ribeirinha com deficiência sobre si e sobre a comunidade em que reside. Realizou-se pesquisa de campo e utilizou-se a fotografia e a entrevista semiestruturada com oito crianças ribeirinhas com deficiência de até doze anos que são atendidas no Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE no município de Maracanã (PA). Os resultados revelam que as crianças ribeirinhas com deficiência se percebem diferente das demais; revelam gostar de seus cabelos, olhos, boca; quanto à comunidade, revelam gostar da igreja, de coleguinhas, outras dão ênfase aos igarapés e à pesca.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Educação Especial do Campo. Ribeirinhos. Povos do Campo.

ABSTRACT

This article is part of the Scientific Initiation research carried out with the support of CNPq and aims to present the child's view of himself and the community in which he lives. Field research was carried out and photography and semi-structured interviews were used with eight riverside children with disabilities up to twelve years old who are assisted at the Specialized Educational Service Center - CAEE in the municipality of Maracanã (PA). The results reveal that riverside children with disabilities perceive themselves differently from others; reveal to like their hair, eyes, mouth; as for the community, they show they like the church, their peers, and others emphasize the streams and fishing.

KEYWORDS: Kid. Field Special Education. Riverside. Field people.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é recorte de uma Pesquisa de Iniciação científica intitulada “Crianças Ribeirinhas com Deficiência e o Contexto da Inclusão”, realizada com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que objetiva apresentar a visão da criança ribeirinha com deficiência sobre si e sobre a comunidade em que reside.

A pesquisa delineou-se como de campo e de cunho qualitativo com base em Gonsalves (2001) e Flick (2009). Inicialmente foi solicitada a autorização junto ao Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), vinculado à Secretaria de Educação do município de Maracanã (PA).

O CAEE dispõe de espaço multidisciplinar com profissionais de Educação Física, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Psicopedagogia, Pedagogia; conta ainda com outros espaços, como brinquedoteca, recepção e auditório, e o objetivo é a atenção educacional e integral da pessoa com deficiência. O CAEE atende a pessoas com deficiência de todas as idades vinculadas à Educação ou não.

A região é dividida em praia, estrada e sede (cidade) e as crianças vão sempre em companhia de um responsável. As das praias seguem de barco até a cidade e de lá se deslocam para o CAEE nos ônibus do Caminhos da Escola. Os da estrada também dispõem dos mesmos ônibus e também seguem na companhia de seus responsáveis.

Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada para coleta de informações das crianças, que ora se realizava na brinquedoteca, ora na recepção ou no auditório, onde a criança estivesse mais confortável. Os participantes assentiram sua participação e os responsáveis consentiram. Houve utilização da fotografia para que as crianças mostrassem o que mais gostavam e o que menos gostavam na comunidade, na escola e em sua casa. Para este artigo, utilizou-se apenas as da comunidade. Os eixos foram construídos a partir da intenção da pesquisa e a análise se deu por meio de categorização com base em Oliveira e Mota Neto (2011).

A organização do artigo é a seguinte: inicialmente é feita uma breve introdução, seguida do tópico que promove o diálogo entre Educação Especial do Campo e a Criança a partir da proposta de hibridização de Canclini (1998). Após essa contextualização, apresentam-se algumas produções a respeito da discussão proposta, que dialogam com dissertações e teses apoiadas na ideia aqui apresentada. Os resultados e discussões

são apresentados em dois tópicos. Por fim, as considerações finais com algumas reflexões sobre a visão das crianças ribeirinhas com deficiência.

EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CAMPO E A CRIANÇA EM CONTEXTO RIBEIRINHO

Sobre a Educação Especial do Campo é preciso retomar um pouco a história da Educação no Brasil e visualizar a presença de Helena Antipoff, em 1940, com sua compreensão de atenção às pessoas ditas excepcionais, dentre as quais incluía os moradores de rua, órfãos e todos os que não possuíam perspectivas de vida autônoma, ou seja, o termo '*pessoas excepcionais*' não se restringia às pessoas com deficiência. Ela criou a escola na Fazenda do Rosário em que tais pessoas residiam, estudavam e aprendiam uma profissão. Além disso, disponibilizou um espaço de atendimento clínico especializado para diagnóstico e acompanhamento (RAFANTE, 2006).

Helena Antipoff não utilizou terminologias como "interface", "educação especial no ou do campo", mas infere-se que materializou a discussão em perspectiva ampla de "educação inclusiva" em que contemplou os excepcionais¹. Porém, não houve a expansão da discussão pelo país.

Passados os anos, dois documentos evidenciaram a relação entre as modalidades da Educação: um que visava "[...] adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais" (BRASIL, 2002) e outro que dizia que "os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, [...] residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica" (BRASIL, 2008). No entanto, a palavra "interface" surge na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva com a seguinte redação:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008, p. 17).

Ainda nesta perspectiva, Caiado e Meletti (2011) evidenciam, em artigo na Revista Brasileira de Educação Especial, os 20 anos de silêncio sobre a Educação Especial no Campo, à qual foram apresentados conceitos de Educação Especial e Educação do Campo e sua interface na legislação vigente. Destacam dentre os resultados,

¹ Terminologia utilizada por Antipoff (RAFANTE, 2006).

[...] maior incidência de alunos com necessidades educacionais especiais que vivem no campo e estudam na cidade, concentração de matrículas em escolas regulares, embora com incidência significativa de matrícula de alunos com deficiência intelectual nos sistemas segregados de ensino. (CAIADO; MELETTI, 2011, p. 93).

De todo modo, o artigo das autoras tornou-se um marco por evidenciar a ausência de produção no grupo de trabalho da Educação Especial no maior evento e associação de representatividade docente atuante no ensino superior. As produções acadêmicas sobre a temática surgiram após o ano de 2011.

Neste ínterim há a discussão sobre “no ou do” campo amplamente discutida por Caldart (2002, p. 26). Segundo ela, o “no” refere-se ao direito de o povo ser educado no lugar onde vive; o “do” é ter direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura e suas necessidades humanas e sociais.

Após este contexto, evidencia-se que a terminologia “interface” fora utilizada dada a ausência de produções e ações com o público da Educação Especial com os povos “indígenas, quilombolas, ribeirinhos, das florestas, dos assentados, e muitos outros” (BRASIL, 2017). Assim, compreende-se que não se precisa mais de “interface”, já que as produções que surgiram a partir de 2011, em diversas regiões do país, com distintos povos, possuem bases teóricas sólidas, tendo sido a Educação Especial relacionada a elas. Assim, compreende-se que a terminologia “Educação Especial do Campo” contempla a realidade e a contemporaneidade.

A Educação do Campo nasce das experiências camponesas de resistência em seus territórios (FERNANDES, 2015, p. 70) e, a partir desta concepção, inferimos que a Educação Especial e a Educação do Campo se entrelaçam em prol de uma identidade una, a identidade Educação Especial do Campo. Como evidencia Canclini (1998), há uma hibridização, sem supressão ou imposição, e elas dialogam e transitam entre si sem prejuízos ou perdas.

A Educação Especial do Campo se concretiza em tempo-espço próprio e adentra a escola, sua rotina e sua conexão com a natureza. Compreende-se que a natureza não é estática, mas parte da relação holística do homem. E a ação docente deve considerar esta compreensão do território e da natureza na escola do campo ou em escolas da cidade que tenham matrícula de alunos quilombolas, indígenas, das águas, das florestas, do campo em geral e com deficiência.

Portanto, para exemplificar, descreve-se que uma criança ribeirinha com deficiência matriculada em uma escola também ribeirinha ou na cidade é um ser que se constitui e que fomenta sua(s) identidade(s) a partir de seu lugar (povos tradicionais)

sem renunciar a sua condição de deficiência. Não são duas pessoas distintas – uma ribeirinha e outra com deficiência –, é a mesma pessoa que não pode e não deve ser compreendida separadamente.

Demandas surgem, como a necessidade de formação continuada para os professores que atuam na Educação Básica, com o objetivo de garantir a escolarização das crianças ribeirinhas com deficiência, envolvendo discussões que perpassam a escola: trabalho colaborativo, propostas teórico-metodológicas que contemplem as crianças em sala, eliminando barreiras e promovendo aprendizagem com a organização dos espaços, tempos e materiais.

Daí surge a motivação para pesquisar as crianças ribeirinhas com deficiência, para que possamos compreender, a partir dos dados revelados, a percepção das crianças sobre si e sobre sua comunidade.

Fernandes e Fernandes (2021, p. 107) destacam que “a condição de ribeirinhos, para alguns, é poética. Para outros, um desafio diário”. Revelam ainda que a definição sobre os ribeirinhos não tem contemplado estas realidades; e que encontraram, na vivência do campo, ribeirinhos que são híbridos e que também se apresentam como quilombolas, indígenas, povos da floresta etc.

Sobre a criança ribeirinha com deficiência, esta também é contemplada pelo Art. 2º do Marco Legal da Primeira Infância. Considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança (BRASIL, 2016b). E, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, criança é “sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas” (BRASIL, 2010, p. 14).

Compreende-se que a Educação Especial do Campo, em nuances com a Educação Infantil e com as crianças, possui uma historicidade que necessita ser resgatada para sua ampliação e fundamentação epistemológica. Diante disso, apresenta-se a seguir as produções identificadas/relacionadas a esta discussão.

ALGUMAS PRODUÇÕES IDENTIFICADAS

Uma fase considerada elementar e relevante na pesquisa é a de levantamento das produções em bancos de dados. Para isso, utilizou-se os descritores “crianças ribeirinhas com deficiência” e “crianças ribeirinhas” na base Google Acadêmico, sem delimitação temporal ou de área de conhecimento. No quadro a seguir, apresenta-se o resultado de tal levantamento.

Quadro 1 – Artigos

Título	Ano	Autor(es)	Instituição
Atividades Acadêmicas na Rotina de Crianças Ribeirinhas Participantes do Programa Bolsa Família (Psicologia: Teoria e Pesquisa)	2013	FREIRE, Viviam Rafaela Barbosa Pinheiro; SILVA, Simone Souza da Costa; PONTES, Fernando Augusto Ramos; BORGES, Júlia de Almeida Roffé; MOURA, Maria Lúcia Seidl de.	Universidade Federal do Pará/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Determinantes do estado de saúde de crianças ribeirinhas menores de dois anos de idade do Estado do Pará, Brasil: um estudo transversal (Cadernos de Saúde Pública)	2010	SILVA, Sara Araújo da; MOURA, Eryl Catarina de.	Ministério da Saúde/ Universidade Federal do Pará
Procurando “botões” de desenvolvimento: avaliação de crianças com deficiência e acentuadas dificuldades de aprendizagem (Estudos de Psicologia)	2006	BATISTA, Cecília Guarnieri; CARDOSO, Lucila Moraes; SANTOS, Mara Rúbia de Almeida.	Universidade Estadual de Campinas/ Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia/ Sociedade Itatibense para o Bem Estar Social.

Fonte: Google Acadêmico/Elaborado pelas autoras.

Freire, Silva, Pontes *et al.* (2013) descreveram a rotina acadêmica de crianças atendidas pelo Programa Bolsa Família em uma comunidade ribeirinha amazônica. Participaram 30 crianças, sendo 16 meninas e 14 meninos, e os resultados mostram que a atividade de ir para a escola ocupa 16% de um dia de semana, o dever de casa atinge 3% e não são feitos deveres de casa e leituras fora do ambiente escolar, nem no final de semana. A participação parental na rotina escolar é restrita, por isso ações de envolvimento e capacitação das famílias ribeirinhas são necessárias para que participem e estruturam atividades acadêmicas nas rotinas das crianças.

Os autores descrevem que:

De fato, práticas rotineiras podem ser determinantes para o sucesso acadêmico. Dentre elas, a frequência à escola se destaca como uma atividade fundamental para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, pois além de promover a construção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas, protege da exposição a situações de risco e vulnerabilidade (MARQUES, 2001). Dessa forma, o acesso, permanência e sucesso no sistema educacional se configuram como um antídoto à marginalização social (MACHADO & MACHADO, 2008). (FREIRE, SILVA, PONTES *et al.*, 2013, p. 159).

Enfatizam ainda que as crianças de classe popular têm seu rendimento acadêmico comprometido por não realizarem atividades extraescolares e se ocuparem, principalmente as meninas, de tarefas domésticas (FREIRE, SILVA, PONTES *et al.*, 2013, p. 160).

O artigo de Silva e Moura (2010) objetivou identificar os determinantes da saúde de crianças menores de dois anos residentes em comunidades ribeirinhas do Pará, destacando que:

Das 202 crianças avaliadas, 59,4% apresentaram estado de saúde ruim. Dentre os componentes utilizados para avaliar a saúde ruim, observou-se que o estado nutricional se distribuiu em 53,5% das crianças sem deficiência de peso e estatura para idade; 11,9% de deficiência de peso para idade; 17,3% de deficiência de estatura para idade; 17,3% de deficiência de peso e de estatura para idade. Observou-se ainda que o desenvolvimento físico-motor foi adequado em 97% dos casos e inadequado em 3%; que as intercorrências atingiram 34,2% das crianças no dia da entrevista; 42,1% nos 15 dias que antecederam a entrevista; 17,8% entre 16-30 dias antes da entrevista e que apenas 5,9% das crianças não apresentaram nenhuma intercorrência nos últimos trinta dias (dados não mostrados). (SILVA; MOURA, 2010, p. 276).

O registro das autoras sobre as crianças é de cunho estatístico com foco na área da saúde. Apesar dos dados de "saúde ruim", o desenvolvimento físico-motor foi adequado em 97% dos casos. De acordo com as autoras, há vulnerabilidade em relação à moradia:

É importante salientar que há certa homogeneidade nas condições de moradia de cada comunidade ribeirinha. Em geral, as casas são muito parecidas, contando com apenas um cômodo, como dormitório. O significado de ter casa própria em comunidades ribeirinhas representa a manutenção da estória familiar, uma vez que os terrenos são distribuídos na própria família, que já possui a posse deles há muitos anos, e cada novo núcleo familiar constrói a sua casa nesses terrenos. Portanto, casas são alugadas apenas por pessoas de fora da comunidade, que decidiram iniciar nova vida no local. Nesse contexto, a casa própria é mais barata de se morar e representa maior tempo de exposição às adversidades locais, como as precárias condições de moradia, saneamento, assistência à saúde e acesso a alimentos (SILVA; MOURA, 2010, p. 283).

Sobre a região de moradia, evidenciam que a "Região Norte, em especial, é caracterizada por extensas áreas de terra e baixa densidade demográfica, dificultando o acompanhamento de saúde adequado e possibilitando maior exposição a doenças infantis" (SILVA; MOURA, 2010, p. 283).

Batista, Cardoso e Santos (2006) levantaram o problema da avaliação de crianças com diagnóstico de deficiência primária e acentuadas dificuldades de aprendizagem que tendem a obter notas baixas em avaliações padronizadas. Questionaram a prática de atribuir esses baixos resultados exclusivamente aos aspectos orgânicos da deficiência, levando a prognósticos desfavoráveis. Foram selecionadas seis crianças com acentuadas alterações no desenvolvimento dentre os participantes dos grupos de convivência (projeto educacional em centro universitário de atenção a crianças com deficiência visual – baixa visão ou cegueira).

Os dados foram coletados no contexto das atividades de grupos de convivência, com sessões de 90 minutos, uma vez por semana. Os grupos eram compostos

por crianças com deficiência visual (baixa visão ou cegueira), que podiam apresentar ou não outros problemas de origem orgânica ou dificuldades de aprendizagem. Os grupos tinham composição heterogênea em relação ao tipo de deficiência e outras dificuldades, e certa homogeneidade em relação à faixa etária. As atividades propostas para as crianças mais velhas eram relacionadas aos objetivos escolares (leitura e escrita, matemática, conhecimentos em geral). Para as crianças mais novas, as atividades envolviam brincadeiras livres e dirigidas, e atividades envolvendo literatura, músicas e danças infantis. As capacidades das crianças foram avaliadas de três formas: *avaliação psicométrica*, *descrição de habilidades escolares* e *busca de capacidades*. Para a realização das modalidades de avaliação, descrição de habilidades escolares e busca de capacidades, a maioria das atividades dos grupos foi filmada. Foram elaborados relatos de sessão, em que se descrevia sua dinâmica e se destacavam exemplos indicativos de aquisições, por parte das diferentes crianças. Episódios significativos foram identificados e transcritos. (BATISTA, CARDOSO, SANTOS, 2006, p. 299, grifos das autoras).

Segundo as autoras, em todos os casos, foi possível identificar capacidades nessas crianças, muitas vezes representando momentos iniciais de aquisição de novos modos de ação, ainda bastante instáveis. Discutiu-se que situações de avaliação padronizada, em geral, não se constituem como melhor instrumento para a identificação de capacidades em aquisição no caso dessas crianças (BATISTA, CARDOSO, SANTOS, 2006, p. 297).

Há o registro de teses e dissertações a partir de 2011, mas, dentre os artigos, identificou-se produção nos anos de 2006, 2010 e 2013 sobre a Educação Especial do Campo e as crianças ribeirinhas ou, neste caso, crianças ribeirinhas com deficiência.

A seguir, apresenta-se dissertações e teses resultantes de levantamento feito com os mesmos descritores dos artigos.

Quadro 2 – Dissertações e Teses

Título	Ano	Autor(es)	Programa/Instituição
Tese Crianças ribeirinhas e quilombolas da Amazônia: Crescimento, Determinantes Sociais de Saúde e Políticas Públicas	2016	FILGUEIRAS, Ligia Amaral	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Universidade Federal do Pará
Dissertação Associação entre anemia, fatores de risco e estado nutricional de crianças ribeirinhas no município de Ananindeua – Pará	2012	MONTEIRO, Flávia Jordana Abreu	Mestrado Multidisciplinar em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia. Universidade Federal do Pará/Universidade Federal do Amazonas
Dissertação Famílias de crianças com deficiência mental no contexto ribeirinho amazônico: percepções de pais moradores da Ilha de Combu – PA	2011	AFONSO, Tatiana	Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará

Fonte: Google Acadêmico/Elaborado pelas autoras.

Filgueiras (2016) objetivou conhecer a situação da saúde das crianças de três grupos populacionais da Amazônia: residentes na Floresta Nacional de Caxiuanã (PA), na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM) e de sete comunidades Quilombolas (África/Laranjituba, Santo Antônio, Mangueiras, Mola, Oriximiná, Trombetas e Abacatal – PA). Foram analisadas 990 crianças, de 0 a 9 anos de idade, em comparação aos parâmetros da Organização Mundial de Saúde (OMS), de 2008 a 2015. Constatou-se que estão com *déficit* de altura/idade as crianças de Caxiuanã (26,15%) e de Mamirauá (17,9%), enquanto, entre as crianças quilombolas, a situação mais grave foi na comunidade do Mola (35,72%). A diferença entre elas foi significativa ($p = 0,018$) e o Teste de Tukey indica que as crianças de Caxiuanã estão em pior situação no que tange à relação peso/idade.

Ainda segundo a autora, todas as comunidades carecem de saneamento ambiental, água encanada, apresentam habitações precárias, inclusive sem banheiro ou sanitário interno, o que influencia nos altos níveis de parasitismo intestinal, infecções de pele e outras doenças. O acesso aos serviços de saúde geralmente é difícil devido à distância entre as casas e os centros de saúde, já que, na maioria das vezes, o transporte também é precário. A Região Amazônica é vasta e de difícil gerenciamento, porém sem sérias melhorias em políticas públicas, em todos os setores, as crianças das áreas rurais ainda permanecerão distantes dos parâmetros de crescimento internacionais em pleno século XXI (FILGUEIRAS, 2016, p. 5).

Filgueiras (2016, p. 109) descreve que nas áreas quilombolas:

A educação é fraca pois quase todas as escolas das comunidades estão em situação precária de abandono. Em alguns casos, não há professor disponível para ir trabalhar pois as prefeituras têm dificuldades em contratar tais profissionais que estão dispostos a morar nas comunidades durante o período letivo. Há ausência de bibliotecas, material didático de apoio e é comum ainda encontrarmos nas escolas que ainda funcionam o sistema seriado, onde um professor atende várias crianças de várias faixas etárias e anos escolares diferentes ao mesmo tempo, na mesma (e única) sala de aula. Além disso, algumas prefeituras apenas disponibilizam o ensino fundamental menor para a comunidade, o que acaba provocando o abandono escolar por falta de apoio logístico para se deslocar até outra escola que ofereça o restante dos estudos. (FILGUEIRAS, 2016, p. 109).

Sobre “a educação é fraca”, Filgueiras (2016, p. 20) apresenta, ao longo de sua tese, algumas produções que abarcam a Educação, dentre elas a de Silva (2006), que infere que isso se dá porque pessoas ribeirinhas vivem em ambientes rurais de difícil acesso, com pouca ou nenhuma infraestrutura do poder público, acesso à saúde e educação precários. No entanto, a escrita do referido autor é generalista sobre os povos caboclos da Amazônia.

Na sequência, identificou-se a referência à Lisboa (2002) e Lisboa, Bezerra e Cardoso (2013), que discutem a situação da Educação na região da Floresta Nacional (FLONA), pontuando que, apesar dos esforços do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) junto à prefeitura de Melgaço para implementação de escolas, não houve manutenção de seus anexos, houve abandono de suas estruturas e de carteiras das salas de aula (FILGUEIRAS, 2016, p. 44). Alegam ainda que o aprendizado é prejudicado e que as crianças saem das escolas sem saber “ler de carreirinha”. Por fim, destaca a dificuldade de se contratar professores, a ausência de espaços, como a biblioteca, e de material didático, além de registrar o sistema seriado, a disponibilidade dos anos iniciais e ausência de transporte para deslocar os alunos de anos finais para outra escola.

Ao longo dos anos, visualiza-se algumas mudanças em relação ao que fora apontado por Filgueiras (2016), algumas conquistas legais, estruturais e pedagógicas. No entanto, seu relato ainda é visualizado em alguns municípios nos dias atuais. Sobre as crianças, por fim, informa que a situação é delicada porque, como o acesso à saúde e aos remédios é difícil, em vez de passarem uma ou, no máximo, duas semanas com sintomas, as crianças quilombolas acabam passando mais tempo adoentadas, e isso acaba refletindo em seu crescimento.

Monteiro (2012) investigou a prevalência de anemia em crianças ribeirinhas do município de Ananindeua, Pará. Participaram 44 crianças com idade entre zero e 60 meses – a idade máxima foi 59 meses e a mínima 02 meses, com média igual a 35,2 meses –, 25 (56,8%) do gênero masculino e 19 (43,2%) do feminino. Das crianças que participaram, 75% tinham idade maior ou igual a 24 meses e 25% idade menor que 24 meses. A autora enfatiza que:

Em estudo transversal realizado em Belém (PA) por Neves *et al.* (2005), em que foram avaliadas 365 crianças atendidas em um serviço de saúde pública, foi encontrada prevalência de 55,1% de anemia e de 70,4% de deficiência de ferro, sendo que essa deficiência foi associada à não utilização de fórmula láctea fortificada introduzida como primeiro leite ou em substituição ao leite materno durante o processo de desmame em crianças na faixa etária entre seis e 12 meses de idade e cujas famílias apresentavam renda inferior a um salário mínimo. (MONTEIRO, 2012, p. 72).

A autora pontua a importância do desenvolvimento de atividades educativas que visem conscientizar as famílias ribeirinhas sobre a importância do aleitamento materno exclusivo até os seis meses e de uma alimentação saudável (MONTEIRO, 2012).

Afonso (2011) buscou identificar as percepções compartilhadas entre pais de crianças com deficiência mental moradoras da Ilha do Combu, região ribeirinha amazônica. Foram acompanhadas três famílias que tinham filhos cadastrados na

Secretaria Municipal de Ensino de Belém e/ou que tinham diagnóstico que comprovava a deficiência mental das crianças.

Dentre os resultados, apresenta conflitos e dificuldades que ressaltam os seguintes fatores: sobrecarga vivenciada na rotina de cuidados dedicados aos filhos; percepções de estranhamento e de incompreensão em relação à deficiência; conflitos conjugais; rejeição do diagnóstico; identificações negativas (AFONSO, 2011).

Tais percepções compartilhadas pelos pais estão ligadas ao suporte recebido durante o diagnóstico, aos papéis desempenhados na família, às características das crianças e aos aspectos contextuais presentes na cultura ribeirinha, que pressupõe o isolamento marcado pela região alagada e conta com uma rede social composta por parentes que vivem na ilha (AFONSO, 2011).

Afonso (2011) descreve que a inclusão das crianças com deficiência nas comunidades da Ilha do Combu tem como ponto de partida as percepções dos pais, que passam a promover ou a dificultar o convívio dos filhos com familiares, vizinhança e escola. Tais percepções sobre quem são seus filhos e como serão no futuro têm como base a cultura ribeirinha amazônica, que direciona o aprendizado de atividades importantes no dia a dia, marcadas principalmente pelo convívio com o rio. Ainda, para pais ribeirinhos, a maior preocupação é quanto à impossibilidade de a criança realizar atividades de convívio social e não sua capacidade intelectual (AFONSO, 2011, p. 113).

As produções levantadas a partir da base Google Acadêmico, em resumo, perpassam pela discussão sobre a saúde das crianças em contexto amazônico – ribeirinhas e quilombolas –, anemia, verminose, baixo desenvolvimento, entre outros; também sobre a condição de moradia e sua vulnerabilidade pela ausência de água tratada e de saneamento básico. Destaca-se que Filgueiras (2016) evidencia a face educacional, a dificuldade das escolas com ausência de professores e de ambientes adequados, enquanto Afonso (2011) informa a inquietação dos pais sobre seus filhos com deficiência e o convívio social, revelando que a condição escolar não é a mais preocupante.

De todo modo, a criança é registrada a partir de informações clínicas, estatísticas e em nenhuma produção se visualizou a contextualização da criança e de suas características gerais. Apenas um tópico de seu corpo que evidencia elementos da área da saúde, ou sobre si foi destacado. Dentre os trabalhos identificados, as áreas correspondentes são saúde e antropologia.

Registra-se a relevância desta pesquisa na área da Educação, que objetiva a participação das crianças e sua compreensão sobre si e sobre a comunidade, com suas

singularidades e singularidades para além de um corpo desnutrido ou carente. É possível dimensionar a unidade entre a criança e o lugar, mesmo que incipiente.

METODOLOGIA

Apresenta-se esta como uma pesquisa qualitativa que, segundo Flick (2009, p. 8), visa abordar o mundo “lá fora”, analisando experiências, de indivíduos ou de grupos, relacionadas a histórias biográficas ou a práticas.

Considera-se também como Pesquisa de Campo, na proposição de Gonsalves (2001, p. 67), e, no diário de campo, descreve-se as atividades e desafios encontrados em percurso, além das observações.

Sobre o *locus* de pesquisa, destaca-se que Maracanã possui sede atual situada à margem esquerda do rio de mesmo nome, na zona fisiográfica do Salgado. O topônimo, de origem indígena, lembra o nome de um pássaro: maracanã, *propynhura maracana*, Vieill, um pequeno papagaio de voz berrante. Daí o nome *maracá*, chocalho, e *nã*, nana. A população de Maracanã é de 28.631, sua área da unidade territorial é de 855.664 km² e sua densidade demográfica é de 33,16 hab/km² (IBGE, 2010).

Imagem 1: Mapa da região



FONTE: Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE.

Os critérios de escolha foram: a escola deve ser em zona rural ou receber alunos do campo e com características culturais e sociais específicas do campo como previsto no Decreto nº 7.352 (BRASIL, 2010). Assim, chegou-se ao Centro de Atendimento

Educacional Especializado Luiz Carlos da Costa Araújo (CAEE), criado em 14 de abril de 2009 e com CNPJ 04880258/0001-80.

O Centro de Atendimento Educacional Especializado Luiz Carlos da Costa Araújo possui equipe multidisciplinar, atua com atendimento de pessoas com deficiência de todas as idades e de todo o município (sede e zona rural), realiza visitas às escolas para acompanhamento junto aos professores, além de promover ações específicas em datas comemorativas.

A instituição é constituída por alunos da cidade e do campo e estes estão identificados no Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (2012). Os critérios para a escolha da criança com deficiência que reside em zona rural foram: estar matriculada na escola e frequentar o Centro de Atendimento Educacional Especializado, ter disponibilidade para participar da pesquisa e ter a concordância dos pais e/ou responsáveis.

No total, foram oito crianças ribeirinhas com deficiência participantes. As crianças da “praia” têm dificuldades de transporte até o Centro de Atendimento Educacional Especializado Luiz Carlos da Costa Araújo por esse não ser disponibilizado pelo município. Então, são mais suscetíveis à evasão. As da “estrada” também são ribeirinhas, porém possuem duplo acesso: pelas águas e pela estrada. A maioria aguardava o transporte disponibilizado no fim do dia, enquanto isso, procedia-se à entrevista que não possuía tempo delimitado por este ser influenciado pela receptividade da criança ou do tempo para se dirigir ao transporte terrestre.

Ressalta-se que se compreende por pessoa com deficiência as descritas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL 2015, p. 1), ou seja, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Quanto à utilização da fotografia, não houve a intenção de fotografar as crianças com deficiência, mas que elas fotografassem seu contexto, espaço e atividades. Os responsáveis as acompanharam para os registros. Foi solicitado que nos enviassem, por meio do celular, as fotos que mostrassem o que mais e o que menos gostavam na comunidade. Para a atividade, também podiam contar com o apoio de seus responsáveis. A maioria não dispunha de internet, mas, nos encontros no Centro de Atendimento Educacional Especializado Luiz Carlos da Costa Araújo, era disponibilizado *wi-fi* e enviavam para os contatos disponibilizados.

A sistematização e a análise dos dados foram feitas por meio de categorias construídas desde a fase inicial da pesquisa. Tais categorias analíticas podem ser *iniciais*, que surgem nas primeiras leituras sobre o tema de estudo, caracterizando-se como conceitos que estão na base das discussões teóricas em torno do objeto de estudo, ou *emergentes*, que surgem no desenvolvimento da pesquisa e podem ser oriundas tanto da leitura bibliográfica quanto do processo de coleta dos dados (OLIVEIRA; MOTA NETO, 2011).

Sobre os cuidados éticos, a base que subsidiou foi a Resolução nº 510 (BRASIL, 2016) e, aos participantes e pais/responsáveis, realizou-se o *processo de consentimento e assentimento livre e esclarecido*. A referida resolução é específica para a área da Educação e a que melhor contempla as estratégias metodológicas desta pesquisa, a exemplo, a substituição de assinatura por outra estratégia de aquisição de assentimento. De modo semelhante, a estratégia de consentimento, haja vista o expressivo número de pessoas não alfabetizadas.

Ressalta-se que este planejamento, com seu cronograma e etapas de pesquisa, esteve flexível ao período de mudanças de chuvas e de maré, que poderia ocasionar impedimentos de acesso dos participantes ao Centro de Atendimento Educacional Especializado. Ainda, foram atendidas todas as medidas de segurança orientadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em relação à pandemia do Novo Coronavírus, Sars-Cov-2.

Registra-se que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos sob Certificado de Apresentação de Apreciação Ética: nº 46835521.5.0000.5174. Foi emitido parecer parcial exigindo a Resolução nº 466 da área da saúde em seu teor metodológico. Procedeu-se recurso, inclusive no Conselho Nacional de Saúde (CONEP), que alegou não poder agir por não haver parecer final, mas, até a presente data, não houve decisão sobre o referido Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos.

A CRIANÇA E A PERCEPÇÃO DE SI E DA COMUNIDADE

A presente seção objetiva apresentar os dados obtidos na pesquisa. Para tanto, utilizou-se a entrevista semiestruturada e os registros fotográficos apresentados pelas crianças. A pesquisa original apresenta três categorias: 1) Um olhar sobre si mesma; 2) Ambiente escolar; 3) A comunidade. Para este artigo, pontuou-se parte de duas

categorias em que as crianças ribeirinhas com deficiência expressam a sua visão e percepção: 1) Um olhar sobre si mesma e 2) A comunidade.

Um olhar sobre si mesma

Ao analisar a perspectiva das crianças ribeirinhas sobre si mesmas, a partir das entrevistas, observou-se que se enxergam diferentes das outras crianças. Ao serem questionadas sobre isso, a resposta “sim” foi imediata em quase todas as entrevistas.

Quando questionadas sobre algo que gostam ou que não gostam em si, todas responderam sobre aspectos físicos: “O cabelo” (C5), “Os olhos” (C7). Nenhuma criança pontuou algo que não goste. Não registraram nada sobre a condição de deficiência.

Apesar de Afonso (2011) ter os pais como participantes de sua pesquisa, buscou a percepção sobre os/dos filhos destes também e parte dos resultados do pesquisador coadunam-se diretamente aos apresentados aqui com as crianças ribeirinhas com deficiência.

A comunidade

Observou-se uma divergência quanto à adaptação das crianças às comunidades em que estão inseridas. Ao ser perguntada se gosta do local onde mora e o que mais gosta na comunidade, C1 responde: “Gosto. Gosto da igreja porque canto lá”, ela também acrescentou gostar de onde mora, porque brinca muito com as outras crianças que ali vivem.

C1 expressa sentir-se parte da comunidade e de seu círculo social. Em contrapartida, C7 afirmou não gostar de onde mora por ser distante da área urbanizada, por demorar demais para chegar a outros locais, mas gosta de Igarapé para brincar e pescar. C7 disse frequentar bastante a igreja, porque é o local mais perto de sua casa; não gosta de ir para a casa dos avós, que também é perto, mas não se sente à vontade. A criança C7 também afirma não se sentir bem com as crianças de sua comunidade, pois considera que não gostam dela.

C7 revela não gostar de ir à casa dos avós e que as crianças da comunidade não gostam dela, mas não consegue expressar seu porquê. Não expõe ser pela condição de deficiência, mas sugere que seja por ser diferente; solitário. Ressalta-se que o fato de a criança ser entrevistada e ouvida, infelizmente, não quer dizer que ela possua autonomia plena em seu contexto social e familiar e se sinta livre para expressar-se.

Das fotografias, destacam-se duas que revelam as preferências de um participante. A primeira imagem é o trajeto de casa para o igarapé e a segunda, o igarapé em si, em que gosta de brincar e de pescar.

Fotografia 01 – trajeto de casa para o igarapé.



Fonte: Participante C7

A criança desenvolve sua visão de mundo através da imaginação e atribui significados às coisas (CASSIMIRO, 2012, p. 101). O contato com a natureza propicia diferentes experiências, inclusive as consideradas vitais. Para a autora, com base em Vigotski, a imaginação infantil é desenvolvida com o auxílio tanto da linguagem, quanto das experiências vivenciadas pela criança.

C7 não gosta de sair de seu território, alega ser distante e demorar para chegar, mas apresenta seu igarapé, lugar que gosta, brinca e pesca. De acordo com Aquino, Garcia e Oliveira (2011, p. 83), “as crianças parecem valorizar um determinado espaço físico muito mais pelo que ele pode a elas proporcionar, como sentimentos, emoções e experiências, do que por suas características físicas”.

Cassimiro pontua que

[...] a criança apreende a realidade e realiza novas combinações de elementos extraídos desta. Por conseguinte, o espaço educacional deve oferecer às crianças estímulos construtivos, espaços de descobertas, de valorização da própria imagem, que desenvolva valores relacionados à solidariedade e respeito, pois no processo imitativo do brincar, a criança processa as informações do mundo que está em sua volta. (CASSIMIRO, 2012, p.101).

Por meio desta reflexão, apesar de não ser o foco específico deste artigo, registra-se pistas sugeridas pela autora a se considerar quando do planejamento docente.

Fotografia 02 – Igarapé que gosta e onde pesca.



Fonte: Participante C7

Cassimiro (2012, p. 115) ainda destaca que a criança tem o brincar como ação primordial, sendo a brincadeira uma necessidade inerente à sua faixa etária, e, portanto, lugar de construção de identidade.

Silva (2004), ao discutir identidade, evidencia a trajetória da pessoa como trajetória de vida vivenciada para além das paredes da escola; daí fomenta-se a identidade ou identidades como pessoa com deficiência que reside em contextos ribeirinhos. Não são pessoas diferentes, não se dividem em sala, em casa ou na comunidade, ao contrário, coadunam-se sem perdas ou supressões, como é registrado por Canclini (1998).

As crianças se perceberam como pessoa e apresentaram o que mais gostam em si por terem tido, em algum momento, a experiência de se olhar, de se buscar diferente ou não. Vivenciar algo é um processo elementar à vida humana e é unidade entre personalidade/consciência e o meio (TOASSA, SOUZA, 2010). Veresov (2017) destaca que, para Vigostki, *pereživânie* (vivência) é uma unidade indivisível entre pessoa e ambiente.

Adiciona-se aqui a discussão de apropriação do espaço e identidade de lugar. Gonçalves (2007) destaca que o sentimento de pertencimento, a apropriação de espaço e a construção da identidade social estão interconectados e revelam a forma de apego que o sujeito (criança²) tem em relação ao espaço que ocupa.

² Registro nosso.

E, por fim, a identidade de lugar é uma estrutura complexa constituída por atitudes, valores, crenças e significados referentes à relação psicológica que estabelecemos com os espaços físicos (GÜNTHER, PINHEIRO, LOBO, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se apresentar a visão da criança ribeirinha com deficiência sobre si mesma e sobre a comunidade em que reside. Destaca-se o resultado deste trabalho, a saber: as crianças ribeirinhas com deficiência se percebem diferentes das demais crianças; elas gostam e se envolvem com os ambientes da comunidade. Destaca-se o espaço religioso como lugar marcante da comunidade.

A participação ativa das crianças, por meio da entrevista e fotografia, apresentou resultados significativos, além da experiência de ouvi-las e contemplar o quanto é possível corroborar com inúmeras temáticas, inclusive as propostas neste trabalho.

A discussão apresentada também manifesta limites dadas as poucas produções e articulações com as crianças com deficiência em territórios do campo na região Amazônica. Almeja-se que as discussões sobre as contribuições diretas das crianças como participantes de pesquisa sejam amplamente debatidas nos espaços internos das Instituições de Ensino Superior, que promovem formação de professores, e das Secretarias de Educação.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Tatiana. **Famílias de crianças com deficiência mental no contexto ribeirinho amazônico**: percepções de pais moradores da Ilha de Combu – PA. Dissertação de Mestrado na Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2011.

AQUINO, Ligia Maria Leão.; GARCIA, Paola; OLIVEIRA, Denise Rangel Miranda. Pátio escolar na educação infantil e sua apropriação: contribuições a partir da perspectiva das crianças. *In*: AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen; RHEINGANTZ, Paulo Afonso; TÂNGARI, Vera Regina (org.). **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres**: uso, forma e apropriação. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2011. p. 77-87.

BATISTA, Cecilia Guarnieri; CARDOSO, Lucila Moraes; SANTOS, Mara Rúbia de Almeida. Procurando “botões” de desenvolvimento: avaliação de crianças com deficiência e acentuadas dificuldades de aprendizagem. **Estudos de Psicologia**, v. 11, n. 3, p. 297-305, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do**

Campo. Brasília: MEC/SECAD, 2002. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008a. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 7.352 de 2010.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 2015** – institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 07 jul. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Guia de Políticas e Programas.** Brasília, DF: MDSA, Assessoria de Comunicação, 2017.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016a.** Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.257, de 8 de março de 2016b.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: maio. 2021.

CAIADO, Katia Regina Moreno; MELETTI, Silvia Marcia. F. Educação Especial na educação no campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 17, p. 93-104, Maio-Ago., 2011. Edição Especial.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. *In*: CALDART, Roseli Salete. *et al.* (org.). **Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EdUSP, 1998.

CASSIMIRO, Maria Aparecida D'Ávila. **Os espaços da Educação Infantil no campo na lente das crianças.** Dissertação de Mestrado na Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2012.

FILGUEIRAS, Ligia Amaral. **Crianças ribeirinhas e quilombolas da Amazônia:** Crescimento, Determinantes sociais de saúde e Políticas Públicas. Tese de Doutorado na Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belém, 2016.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos. **A escolarização da pessoa com deficiência nas comunidades ribeirinhas da Amazônia paraense.** 2015. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FERNANDES. Ana Paula Cunha dos Santos; FERNANDES, Alexandre Santos. Criança Ribeirinha com deficiência: acesso e acessibilidade na escola. *In*: Ana Paula Cunha dos

Santos Fernandes (org.). **Educação Especial do Campo**: trilhas, perspectivas e renovação. 1. ed. Belém: EDUEPA, 2021. v. 1, p. 105-115.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**/ tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Viviam Rafaela Barbosa Pinheiro; SILVA, Simone Souza da Costa; PONTES, Fernando Augusto Ramos. *et al.* Atividades Acadêmicas na Rotina de Crianças Ribeirinhas participantes do Programa Bolsa Família, **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 29 n. 2, p. 159-166, 2013.

GONÇALVES, Teresinha Maria. **Cidade e poética**: um estudo da psicologia ambiental sobre o ambiente urbano. Ijuí: Unijuí, 2007.

GÜNTHER, Hartmut; PINHEIRO, José de Queiroz.; LOBO, Raquel Souza. **Psicologia ambiental**: entendendo as relações do homem com seu ambiente. Alínea, 2004.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 14 jul. 2021.

LISBOA, Pedro Luiz Braga. A Estação Científica Ferreira Penna/ECFPn (1993-2000). In: LISBOA, Pedro Luiz Braga. **Caxiuanã**: Populações Tradicionais, meio físico e diversidade biológica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

LISBOA, Pedro Luiz Braga; BEZERRA; Maria das Graças Ferraz; CARDOSO; Andre Luiz de Rezende. 2013. **Caxiuanã**: História natural e ecologia de uma floresta nacional da Amazônia. Belém: MPEG. 300p.

MONTEIRO, Flávia Jordana Abreu. **Associação entre anemia, fatores de risco e estado nutricional de crianças ribeirinhas no município de Ananindeua – Pará**. Dissertação de Mestrado na Universidade Federal do Pará, Programa de Mestrado multidisciplinar em Saúde, Sociedade e endemias na Amazônia, Belém, 2012.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; MOTA NETO, João Colares. A construção de categorias de análise na pesquisa em educação. In: MARCONDES, Maria Inês; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; TEIXEIRA, Elizabeth. (org.). **Abordagens Teóricas e Construções Metodológicas na Pesquisa em Educação**. Belém: EDUEPA, 2011. v. 1, p. 167-186.

RAFANTE, Heulália Charalo. Helena Antipoff e o ensino na capital mineira: a Fazenda do Rosário e a Educação pelo trabalho dos meninos "excepcionais" de 1940 a 1948. 247 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de São Carlos, 2006.

SILVA, Hilton Pereira da. A saúde humana e a Amazônia no século XXI: Reflexões sobre os objetivos do milênio. **Novos Cadernos do NAEA/UFPA**, n. 9, vol.1, p. 77-94, 2006.

SILVA, Sara Araújo da; MOURA, Erly Catarina de. Determinantes do estado de saúde de crianças ribeirinhas menores de dois anos de idade do Estado do Pará, Brasil: um

estudo transversal. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 273-285, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TOASSA, Gisele; SOUZA, Marilene Proença Rebello. As vivências: questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vigostki. **Psicologia USP**, v. 21, n. 4, p. 757-779, 2010.

VERESOV, Nicolai. The concept of Perezhivanie in cultural -historical Theory: content and contexts. In: FLEER, Marilyn; REI, Fernando González *et al.* (ed.). **Perezhivanie, emotions and Subjectivity, Perspectives in cultural-historical Research 1**, 2017. DOI 10.1007/978-981-10-4534-9_3

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

A VISÃO DAS CRIANÇAS RIBEIRINHAS COM DEFICIÊNCIA SOBRE SI E SOBRE A COMUNIDADE

The vision of disabled children on the river front about themselves and the community

Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes

Doutora

Universidade do Estado do Pará

Departamento de Educação Especializada

Belém, Brasil

docenteapf@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-1934-9221>

Ingrid Dias Nascimento

Graduanda

Universidade do Estado do Pará

Belém, Brasil

ingriddiasn@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5376-7377>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Endereço para correspondência indicando Travessa Djalma Dutra s/n – Programa de Pós-Graduação em Educação, 66.050-540, Belém, PA, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Nosso agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo incentivo à Pesquisa. Agradecemos a coordenadora pedagógica Érika Greice Dias da Silva e ao Centro de Atendimento Educacional Especializado Luiz Carlos da Costa Araújo por consentirem a pesquisa.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. P. Fernandes, I. D. Nascimento

Coleta de dados: A. P. Fernandes, I. D. Nascimento

Análise de dados: A. P. Fernandes, I. D. Nascimento

Discussão dos resultados: A. P. Fernandes, I. D. Nascimento

Revisão e aprovação: A. P. Fernandes, I. D. Nascimento

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

Bolsa de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq na Universidade do Estado do Pará.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Foi utilizada a resolução nº 510 de 2016 que nos flexibiliza o consentimento e assentimento por outros meios como o desenho da mão.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Certificado de Apresentação de Apreciação Ética: nº 46835521.5.0000.5174

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 22-07-2021 – Aprovado em: 28-05-2022